

A DEFESA

Órgão Informativo da Diocese de Propria
Registrado no Livro 7, folhas 121, nº 255, a 08/10/1941
Cartório do 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em Aracaju-SE.
Diretor Responsável: D. José Brandão de Castro - Redação: Av. Pedro Abreu de Lima, 482 - Propria-SE.
Tiragem: 1000 exemplares - Distribuição gratuita entre os colaboradores.

3ª FASE

Nº 722

MARCO DE 1986

PROPRIA - SERGIPE

A RESSURREIÇÃO DE UM POVO.

A celebração anual da ressurreição de Cristo traz a todos nós cristãos, onde quer que estejamos, um momento de alegria. cremos na ressurreição de Jesus Cristo. cremos que ele tornou a vida. cremos que ele realizou aquilo que há de acontecer com cada pessoa que nele crer procurar segui-lo, apesar dos trancos e barrancos da vida. Se Cristo ressuscitou, nos ensina São Paulo, nós também ressuscitaremos. Aí está uma razão pela qual o cristão só pode ser o homem da esperança. Nada mais oposto ao cristianismo que o pessimismo.

O cristão foi posto por Cristo / (nada de vaidade balofa por causa / disso!) para ser o sal da terra e a luz do mundo. É realmente grande / responsabilidade do cristão.

Cada ano, na Páscoa, nós cristãos como que renascemos pela esperança. Daí a nossa alegria na celebração desse acontecimento que, há quase dois mil anos, pôs em polvorosa a cidade de Jerusalém. Os discípulos de Cristo viram o Senhor. Andaram com ele na estrada de Emaús. Tomé foi convidado pelo Mestre para constatar concretamente as chagas das mãos.

A ressurreição de Cristo foi um prenúncio de nossa ressurreição final.

Mas até chegarmos a essa ressurreição final, a nossa vida precisa de muitas vezes ressuscitar. Essas ressurreições que vão acontecendo / ao longo de nossa vida com nós mesmos ou com pessoas que conhecemos / ou de quem ouvimos falar são como prenúncios da ressurreição final.

ENTRE NÓS

Temos, ao longo de nossa vida, / vários sinais de ressurreição.

Quando um povo, depois de longos anos massacrado por um governo ditatorial, se levanta corajoso a lutar pela liberdade, temos aí um símbolo da ressurreição. Quando este povo / resolve lutar para que o país tenha uma Constituinte que seja a ressurreição de seus anseios pela vigência dos direitos humanos, temos aí uma ressurreição.

Quando pobres posseiros de Mundeú da Onça, localidade ignorada / por muitos, mas cheia de vitalidade no tabuleiro de Neópolis, tomam a iniciativa de organizar-se, dentro / da Lei do país, para lutar pela sua permanência na terra que herdaram de seus antepassados e se organizam seriamente para defender pela força a Lei seus direitos centenários, temos aí um sinal de ressurreição.

Quando, premidos pela fome, lavradores do sertão ocupam a Barra da Onça



ça e enfrentam mil dificuldades para terem a sua terra e, depois de longos dias de sofrimento, têm a alegria de acompanhar a Brasília o Governador de Sergipe, que vai com o INCRA pleitear do Ministro Nelson Ribeiro a desapropriação da área em questão, e recebem do Ministro a certeza de / que a área será imediatamente desapropriada, temos aí um sinal de ressurreição.

Quando trabalhadores rurais de Itabi, lesados numa eleição sindical, se movimentam unidos para que se realize uma nova eleição e conseguem realizá-la, dela saindo vitoriosos, temos aí um sinal de ressurreição.

Meu caro leitor, Cristo ressuscitou para que nós também possamos como ele, ressuscitar um dia! Feliz / Páscoa para todos vocês.

D. José, Bispo de Propria

TERRA É DOM DEUS

A experiência dos lavradores, índios e negros mostra, que a terra é obra de Deus, entregue aos homens como dom. É a percepção de Deus, como Pai de todos, que dá de graça a terra ao povo. Por isso, a "Terra / de Deus" tem que ser "Terra de Irmãos". O lavrador vê a terra, como lugar de produzir alimentos e trabalhar. O povo, não vê a terra como mercadoria, mas como chão de alimento, trabalho, descanso e moradia. O homem vive da terra, na terra e a terra. O calor do Nordeste, o frio do Sul, a floresta da Amazônia entram na alma de seu povo. Daí que, o direito à terra é o próprio direito à vida. O povo vincula relação com Deus e relação com a terra.

A tradição popular tem provérbios e rezas, que expressem a comunhão da terra com Deus, como dom, bênção e dependência. Quase todas as festas religiosas e tradições populares estão ligadas aos ciclos das colheitas e do trabalho da terra. Romarias da terra, consagração de gruta e mutirões populares, têm uma liturgia própria, muito unida à liturgia da Igreja. Os Sacramentais da

greja estão vinculados à terra e aos seus frutos. A Igreja organiza seu Calendário Litúrgico, Páscoa, Pentecostes, Natal, em estreita relação com os ciclos e atividades da terra. Desta liturgia e mística da terra, o povo tira força para trabalhar todo dia na terra. A terra em nossa Comunidade é "Terra de Deus" e "Terra de Irmãos"?



Chegamos ao final da Campanha da Fraternidade deste ano, com a certeza de que Deus criou a terra em benefício de todos e não para alguns. Por isso, não pode continuar essa estrutura injusta na posse e no uso da terra. O que faremos para que a "Terra de Deus" seja uma "Terra de Irmãos"? Primeiro, precisamos descobrir os problemas de terra, que existem em nossa comunidade. Como é que estão: latifúndio, migração, /

grilagem, mineração, agricultura, barragem, moradia, aluguel, invasão. Depois, é importante discutir com os outros sobre as causas e consequências dessa situação descoberta. Por fim, importa que a comunidade se organize para resolver seus problemas de terra. Para isso, é necessário conhecer as organizações, que se preocupam com o problema da terra e existem na comunidade, como Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Sem-Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Justiça e Paz, Direitos Humanos, Favelados, Negros, Desempregados, Mutuários, Moradores, Constituinte e outros. É preciso fortalecer e aperfeiçoar essas organizações para melhorar a situação da terra no Brasil. Esses movimentos populares são eficientes, quando articulados. Assuma e divulgue as sugestões de sua Comunidade para que a "Terra de Deus" seja "Terra / de Irmãos". Assim, a Campanha da Fraternidade-1986 provocará mudanças significativas no quadro da terra em nosso país. Essa transformação será projetada para um "novo / céu e uma nova terra", onde acontecerá a justiça plena, a solidariedade de completa e a fraternidade eterna.



Sermão da montanha, hoje

I - Felizes os pobres que não se vendem no tempo das eleições, porque terão a consciência limpa.

II - Felizes os pobres que se reúnem em comunidades, porque viverão sempre unidos.

III - Felizes os trabalhadores que trabalham em mutirão, porque nunca trabalharão só.

IV - Felizes os trabalhadores que se organizam, porque vão conquistar a TERRA.

V - Felizes os pobres que discutem seus problemas, porque encontrarão solução.

VI - Felizes os bispos, padres, freiras, agentes de pastoral que caminham com os pobres, porque seguem o exemplo de Jesus.

VII - Felizes os Romeiros da Terra, porque serão animados na fé.

VIII - Felizes as crianças que frequentam o catecismo, porque descobrirão um Deus Vivo, Amigo, Companheiro, Poderoso, Misericordioso, Corajoso, Amoroso, Pai dos pobres, que vive e Caminha com os pobres.

IX - Felizes os jovens que se unem, porque não serão enganados pela sociedade.

X - Felizes os que têm coragem de lutar por Justiça, porque estão fazendo a vontade de Deus.

(transcrito de "O Roceiro", nº 11 - Boletim bimestral da Diocese de Crateús - CE).

A Morte do Lavrador.

Hã muitas terras neste país (improdutivas, incultivadas.)

E hã lavradores, sem ter de seu palmo de chão.

Porém só ontem Zê meditou:

"Terra de Deus...

quem nela trabalha

faz brotar o fruto bom."

José, João, Mané (sei lá!)

o nome não importa muito...

sei que era lavrador

que tinha filhos e filhas

e estava longe da terra.

E pôs o grito no mundo

disse o diabo, protestou.

Mas uma bala perdida

veio abrigar-se em seu peito

voz e vida lhe roubou.

A terra, tão desejada!...

abriu-se como um abraço

para acolhê-lo em seu ventre.

E o sol de brasa viva

se fez mais doce, mais brando.

Depois uma lua moça

veio vestida de ouro

velar-lhe o sono profundo.

Genivaldo Santos

Trabalhadores Rurais Assassinados

José Felix Pardin
Manoel Pimenta
Kosei Ihe
Joaquim Aureliano
Geraldo Alves da Silva
Manoel Monteiro de Souza
Turibio Dias



CONFLITOS DE TERRAS EM JAPOATÁ

Dois trabalhadores rurais do município de Japoatã, de nomes JOÃO PEDRO E BILAU, estão sendo pressionados e ameaçados de despejo, da "FAZENDA GRAVATA", pelo latifundiário LUIS BARRETO.

Os dois irmãos já moram na propriedade há mais de 40 anos, tendo lá assentadas as suas moradas e inserido na área diversas benfeitorias temporárias e permanentes.

Recentemente a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japoatã, D. LINDAURA SANTOS, convocou ao Sindicato o senhor BILAU e o pressionou para que este dissesse quanto queria para abandonar a propriedade. Para onde vão JOÃO PEDRO e BILAU se forem expulsos da propriedade? O latifundiário já contratou o Dr. Gilberto Vila Nova, o mesmo que entrou com uma ação contra os posseiros de SANTANA, para expulsá-los. Mas estes dois possei-

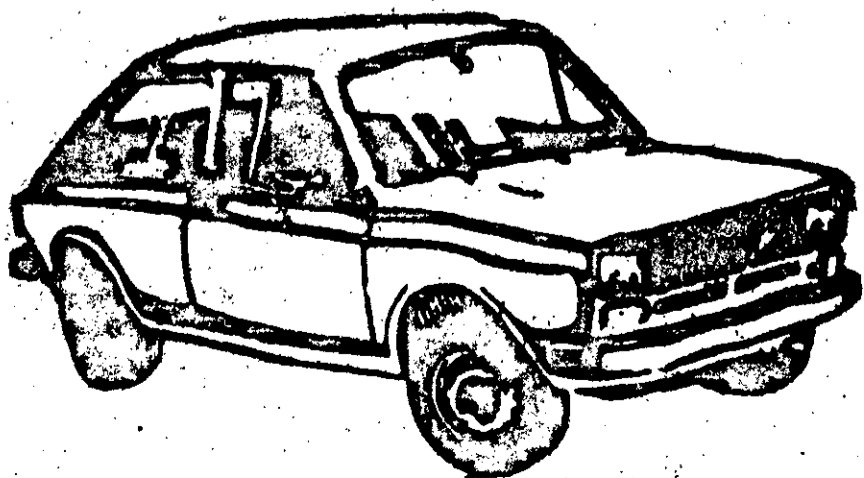


ros tem a seu favor a lei que trata do usucapião de imóvel rural e já se movimentam juntamente, com o Dr. Gímarcos, para ajuizarem uma ação, para terem resguardados os seus direitos.

ÀS ÁGUAS VÃO ROLAR.

Já está quase pronta a barragem de Itaparica, no São Francisco, na altura de Petrolândia, PE. Assim, que o rio for represado, pode dar-se uma catástrofe de consequências imprevisíveis, caso não sejam tomadas em tempo as providências urgentes para colocar a população ribeirinha fora de qualquer perigo. O alerta foi formulado várias vezes por muitas pessoas, mas ultimamente um apelo angustiante foi lançado pelo Deputado Gonzaga Patriota, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, segundo informação que nos veio por intermédio do 1º Secretário da mesa. Ele nos comunica que o referido parlamentar fez um veemente apelo ao Presidente da República, no sentido de que seja observada, com brevidade, "a situação de angústia em que se encontram sete mil famílias de pequenos agricultores que terão invadidas suas terras" em consequência do fechamento da barragem de Itaparica.

É de esperar que a CHESF tome em tempo as devidas providências para que a população ribeirinha não entre em pânico.



Posto

São José

Comsergel

COMERCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA.

A Dep. Martinho Guimarães S/N
GASOLINA - DIESEL - LUBRIFICANTES

BATERIAS - PNEUS
PEÇAS E ACESSÓRIOS

P/ AUTOMÓVEIS E MOTOS

PRÓPRIA SE

OCUPAÇÃO DA FAZENDA RANCHO VERDE

No dia 17 de fevereiro do corrente ano, 15 famílias procedentes dos municípios de Iati, Caetés, Paranatama e Pedra ocuparam uma parte do latifúndio Rancho Verde, encravado nos limites destes 4 municípios.

O latifúndio possui 1.500 ha. dos quais mais da metade é improdutivo. Os agricultores que ocuparam a referida fazenda não têm terra e muitos deles nem morada têm.

Tangidos pela fome, esperançados pela chuva que cai na região e pela lei da Reforma Agrária, começaram imediatamente a trabalhar.

Arrancharam-se numa capela enquanto construíam suas barracas no próprio terreno da ocupação. Foram chegando mais trabalhadores, parentes ou conhecidos dos primeiros e o grupo cresceu para 42 famílias, reunindo um total de mais de 300 pessoas.

Várias entidades tomaram conhecimento da ocupação e mobilizaram-se para amparar as famílias, numerosas em filhos, muitos deles menores de 1 ano e até mães gestantes.

A Diocese de Garanhuns e órgãos afins - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Equipe de Saúde, Comissão de Ajuda às Vítimas da Seca - além da FASE e entidades sindicais do polo Garanhuns, vêm contribuindo com suas presenças e ajudas para sustentar a luta dos posseiros. Os agricultores pobres da região, vêm também contribuindo com farinha, rapadura e outros víveres, para a alimentação do grupo.

Apesar das condições precárias das instalações, a moral do grupo vem se mantendo boa, sustentada pelas reuniões do Evangelho e pelos tocadores e animadores que há no meio deles.

No dia 24 de fevereiro, apareceu

o proprietário, Sr. Vicente Ferreira, acompanhado de 4 policiais, fortemente armados. Submeteram os posseiros a longo interrogatório, querendo saber a todo custo quem era o chefe deles, quem era o "mandante da invasão", quem fornecia alimentos e utensílios. Os posseiros responderam que não havia chefe. O mandante era a fome e a falta de terra e que estavam sendo apoiados por outros pobres e por entidades amigas.

Os trabalhadores já haviam plantado o meio saco de milho, saco e meio de feijão quando, no dia 6 de março, chegou o proprietário, acompanhado do oficial de justiça e grande aparato policial, muito armados conduzindo 3 caçambas para recambiar os posseiros.

Antes mesmo de ser lido o mandato judicial, um policial atirou numa jarra, gerando pânico. Em seguida, destruíram potes e panelas, uma delas contendo o feijão que o povo ia comer. Bateram num dos agricultores, destruíram a cruz ali plantada, símbolo da fé do povo, tudo isso em meio a palavras obscenas, proferidas contra o padre do lugar, o bispo diocesano, figuras da política e até mesmo contra o Presidente da República.

Consumada a violência, partiram com as caçambas vazias porque o povo recusou a embarcar, preferindo abrigar-se numa capela, num terreno próximo ao da fazenda Rancho Verde.

Um agente da equipe de saúde, Luiz Carlos, que foi testemunha e alvo de humilhações, apressou-se em comunicar à Diocese o referido despejo. Logo, representantes de várias entidades também compareceram ao local dos acampados: FETAPE, União dos Vereadores, Sindicatos de Caetés e Iati, FA-

SE. Esteve também presente a Dra. Genny que conversou com os agricultores explicando-lhes o mandato judicial e anotando os estragos e violências causados pela polícia.

No dia 10/03, cerca de 90 pessoas entre trabalhadores sem terra e representantes de entidades foram à sede do INCRA no Recife, acompanhados pela FETAPE, onde receberam garantias de que o processo dentro de 15 dias estaria nas mãos do Presidente da República.

Após a visita ao INCRA, os trabalhadores foram ao Palácio do Governo para o relato das violências praticadas pela polícia no momento da expulsão de terra. Falaram que o Governador não estava presente. Uma comissão de 5 pessoas foi recebida por um de seus secretários o qual prometeu fazer chegar ao Governador os reclamos do povo contra a polícia.

No dia 12/03 uma equipe de técnicos do INCRA veio à fazenda Rancho Verde para fazer levantamento e estudo da propriedade.

Vendo a repercussão do caso e o apoio da Diocese de Garanhuns, proprietários rurais publicaram uma nota numa das rádios da cidade, da Empresa / Jornal do Comércio, contendo ofensas e ameaças ao bispo e a agentes pastoraes, a qual foi divulgada de 11/03 até 15/03, várias vezes ao dia.

Mas as ameaças não ficaram aí: dois telefonemas anônimos ameaçaram de morte o bispo D. Tiago.

Os trabalhadores sem terra continuam acampados e enquanto isso as comunidades enviam ajudas. Os trabalhadores estão dispostos a continuar a luta até que a causa seja ganha definitivamente.

UCBC: COMUNICAÇÃO E CONSTITUINTE.

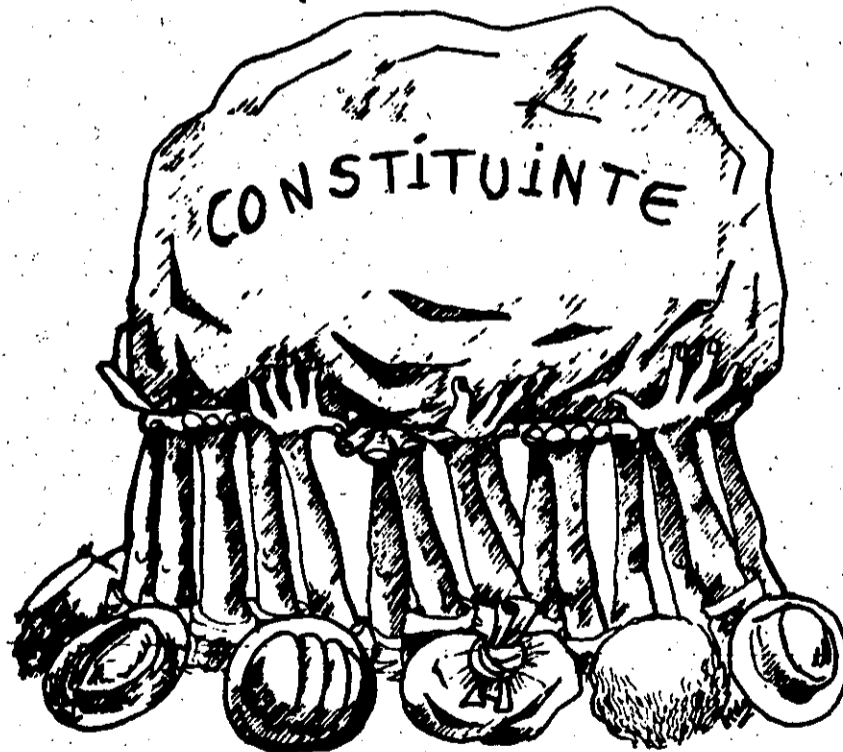
Reunida em São Paulo, de 30 de janeiro a 1º de fevereiro a Assembleia Geral da UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social - aprovou um documento, destinado ao debate entre os participantes do XV Congresso Brasileiro de Comunicação Social, a ser realizado em julho deste ano, na cidade de Belém, PA.

Transcrevemos aqui alguns pontos deste documento, os quais julgamos serem importantes no debate para a participação popular na Constituinte.

Propostas para o debate sobre a Comunicação na Constituinte

1. Na iminência da elaboração de uma nova Constituição, a UCBC, embora repudie a forma anti-democrática de convocação da Constituinte, propõe que a nova Carta reconheça e assegure a cada cidadão e a cada comunidade:

- o direito à comunicação, nos termos definidos nos itens anteriores;
- o direito à liberdade de organização, movimento e expressão;
- o direito ao acesso aos meios de comunicação;
- o direito de propriedade cooperativa sobre os meios de comunicação, rompendo a tendência monopolista dos grupos econômicos e do Estado;



e. o direito ao controle social sobre a produção dos meios massivos

2. Que a Nova Constituição reconheça e assegure a participação dos trabalhadores da comunicação na gestão dos meios (cf. Doc. "Igreja e Nômic", n. 50).

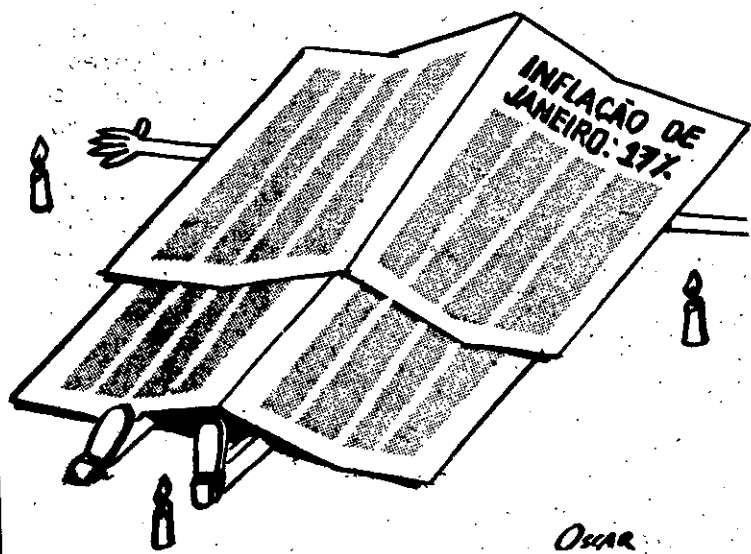
3. Que a política de comunicação fixada pela nova Carta seja norteadada pelas genuínas necessidades das maiores empobrecidas, uma vez que no Brasil os quadros de economia de mercado convivem com quadros de economia de subsistência.

4. Que a nova Carta e as leis de correntes levem em consideração as propostas da "Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação." (cf. Doc. anexo), ao que acrescentamos:

- a necessidade de se prever autorização para a instalação de rádio de baixa potência, administradas pelas entidades comunitárias de base, étnicas e culturais;
- a necessidade de se preverem verbas e recursos públicos para a viabilização dos projetos comunitários;
- a necessidade de ser incluído no currículo escolar, a partir do primeiro grau, a educação para o senso crítico diante dos meios de comunicação social;
- a necessidade de ser estimulado o desenvolvimento da pesquisa na área da comunicação social no Brasil.

5. Que seja garantido às entidades de classe, populares e civis de um modo geral o acesso aos MCS a partir do momento da deflagração do processo constituinte, a fim de que as mesmas possam expor suas propostas para a nova Carta, bem como exercer efetiva fiscalização sobre as propostas que venham ser discutidas e aprovadas.

PACOTÃO ECONÔMICO



Osar

A inflação nunca foi tão alta / como nos meses de janeiro e fevereiro. Para combater o aumento geral / dos preços o governo tomou uma série de medidas que vai mexer com a vida de todos os brasileiros. O pacote / transforma o cruzeiro em cruzados, isto é, 1.000 cruzeiros passam a valer 1 cruzado. Algumas medidas desse pacote vão afetar diretamente a vida / do trabalhador. Quais são essas medidas?

- O salário mínimo passa a ser 800 cruzados e fica congelado, isto é, não pode ser aumentado por 1 ano. O salário só pode aumentar antes desse período se a inflação chegar a 20%.
- foi introduzida a escala movel para o salário, isto é, quando a inflação chegar a 20% o salário também aumenta.
- os preços de todas as mercadorias / e serviços também ficam congelados por um ano.
- foi introduzido o seguro desemprego, isto é, o trabalhador desempregado pode receber uma ajuda financeira durante 4 meses. Para isso o trabalhador tem que ter pago a Previdência Social pelo menos durante 36 meses. Também precisa provar / que trabalhou durante 6 meses antes de ficar desempregado, apresentando a sua carteira de trabalho assinada.

QUEM PERDE COM A INFLAÇÃO?

Os trabalhadores são os mais interessados no combate à inflação. Mesmo porque, são eles os que mais perdem com ela.

Para os trabalhadores a inflação significa perda do poder aquisitivo do salário. Se os preços sobem todo dia e se o salário é reajustado apenas a cada 6 meses, isso significa que o trabalhador, com o mesmo salário, faz uma feira cada vez menor. Todo trabalhador sabe disso. No campo, o trabalhador rural sabe que para acompanhar a inflação a sua diária tinha que ser aumentada a cada semana.

Mas não é só isso. Se os preços sobem todo dia e os salários não são reajustados, isso significa que está havendo uma transferência de riqueza da população que vive de salário para as classes e grupos econômicos / que detêm o poder de fixar os preços. É como se o salário do trabalhador / estivesse sendo roubado a cada dia / pelos setores que se beneficiam, como os industriais, os banqueiros, os comerciantes, os fazendeiros e o governo. E esse roubo é tanto maior / quanto maior for a inflação e o intervalo de tempo em que o salário é

reajustado. É por isso que aos trabalhadores não interessa a inflação.

Os empresários também dizem que / não gostam da inflação. Mas para eles parece que a inflação é igual a aquela frase de caminhão: "... é que nem cebola: a gente chora mas come". Aumentando sempre os seus preços as grandes empresas garantem o seu lucro. Em 1984 o lucro de 207 empresas metalúrgicas de São Paulo foi de / 371%, muito acima do crescimento da inflação e dos salários que aumentaram somente 230%.

Os empresários também contribuem para a inflação quando escondem / seus estoques como aconteceu com a carne, o leite e o café, num verdadeiro crime contra o consumo popular.

Por isso, se existe inflação, os trabalhadores sempre pagam o pato pois o seu salário é roubado a cada dia.

A QUEM FAVORECE O PACOTE?

Parece então que as medidas do governo congelando os preços e segurando a inflação possam favorecer os trabalhadores. O povo fica satisfeito quando os preços na feira não aumentam.



A luta cotidiana e inglória contra o custo de vida.

O governo já vinha pensando nesse pacote faz muito tempo, mas tomou todas essas medidas de repente, sem consultar os trabalhadores. Por isso alguns sindicatos ficam um pouco desconfiados e acham que os trabalhadores devem ficar de "olho aberto".

Será mesmo que o governo vai / conseguir controlar os preços? Sabemos que até hoje fracassou. Muitos empresários dizem que estão a favor do congelamento, mas continuam aumentando os preços. Vimos a televisão mostrando os supermercados remarcando às pressas as mercadorias. O povo precisa continuar lutando para manter os preços congelados de verdade.

O governo diz que o pacote vai beneficiar os trabalhadores. Mas algumas das medidas tomadas não são exatamente aquelas que os trabalhadores queriam.

1º- Os trabalhadores queriam um salário-mínimo real. Segundo cálculos dos Sindicatos, deveria ser / 2.800 cruzados. O governo só deu 800 cruzados. Nem acompanhou a inflação

dos últimos meses. Para isso devia chegar a 1000 cruzados. Mesmo que não haja inflação, os trabalhadores saem perdendo. É como se os salários e os preços estivessem subindo uma / escada. Só que os salários foram congelados no meio da escada e os preços no último degrau. Mesmo com os preços congelados, o novo salário-mínimo não vai dar para o trabalhador comprar as mercadorias básicas que / são necessárias à sua sobrevivência. A maior parte do novo salário mínimo vai dar apenas para cobrir as despesas com alimentação do trabalhador. E as outras despesas como transporte, educação, aluguel, etc?



2º- Os trabalhadores queriam o reajuste trimestral do salário, ou a escala movel, isto é, os salários seriam reajustados toda vez que a inflação aumentasse. O governo concedeu a escala movel toda vez que a / inflação chegar a 20%. Mas para o salário não sair perdendo, esse índice deveria ser bem menor. Enquanto a inflação não chegar a 20% o salário não será reajustado. Com isso o salário vai perdendo o seu poder de compra a cada mês.

3º- Os trabalhadores queriam o seguro desemprego. O governo concedeu, só por 4 meses, mas de uma forma que não vai beneficiar todos os / desempregados. Isto porque o governo exige que o trabalhador antes de ficar desempregado tenha tido a sua / carteira de trabalho assinada pelo menos por 6 meses. Em São Paulo, / dos 6 milhões de pessoas empregadas 24%, isto é, mais de 1.400.000 pessoas não têm carteira profissional assinada. Em Salvador, 54% das pessoas empregadas no setor de serviços e / 22% na construção civil também não possuem carteira de trabalho. No campo, a situação dos trabalhadores rurais ainda é pior.

4º- Os trabalhadores queriam uma verdadeira Reforma Agrária. O Governo fez o plano e o abandonou na mesa do Presidente da República.



5º- Os trabalhadores queriam que o Brasil não pagasse tanto dinheiro aos bancos estrangeiros e o governo continua obedecendo ao tal Fundo Monetário Internacional.

Vamos ficar com os olhos bem abertos para essa nova situação. Vamos fiscalizar não só os preços, mas também o governo e o seu pacote.

Equipe do CEAS